

A NOVA DIMENSÃO DA COMPETITIVIDADE: TERRITORIALIZAÇÃO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

Lucas Labigalini Fuini

Prof. Faculdades ASMEC, em Ouro Fino (MG)
Doutorando no Programa de Pós-graduação da Unesp-Rio Claro
lucasfuini@yahoo.com.br

Este artigo aborda a relação existente entre as noções de "Competitividade" e "Território" no contexto das reestruturações produtivas e dinâmicas espaciais da indústria que acentuam a concorrência entre os lugares. Tal relação se torna mais clara em Arranjos Produtivos Locais (APL), sobretudo em contextos aglomerativos de médias e pequenas cidades que valorizam seus recursos e atividades diante do processo de desconcentração territorial da indústria. Este estudo parte então da hipótese de que as vantagens competitivas de tais agrupamentos tem vínculo estreito com recursos específicos do território, ou seja, as características históricas, culturais, sociais do ambiente em que as empresas se inserem e que são dinamizadas na proximidade geográfica entre atores, instituições e organizações locais, não sendo facilmente reproduzidas em outros lugares. Ao final, como esforço de análise, é proposto modelo teórico para estudo da "Competitividade territorial" de aglomerações produtivas baseado na associação entre "recursos territoriais" e "competitividade".

Palavras-chave: Competitividade; Recursos territoriais e Arranjos produtivos locais

THE NEW DIMENSION OF COMPETITIVENESS: TERRITORIALIZATION AND LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS (APL)

ABSTRACT

This paper approaches the relation existing enters the slight knowledge of "competitiveness" and "territory" in the context of space the productive and dynamic reorganizations of the industry that accent the competition between the places. Such relation if becomes clearer in Local Productive Arrangements (APL), over all in clusters contexts of averages and small cities that ahead value its resources and activities of the industry process of territorial spread. This study it has left then of the hypothesis of that the competitive advantages of such groupings have narrow bond with specific resources of the territory, or either, the historical, cultural, social characteristics of the environment where the companies if insert and that they are stimulated in the geographic proximity between local actors, institutions and organizations, not being easily reproduced in other places. To the end, as analysis effort, is considered theoretical model for study of the "territorial Competitiveness" of productive agglomerations based in the association between "territorial resources" and "competitiveness".

Key-words: Competitiveness; Territorial resources and Local Productive Arrangements

INTRODUÇÃO

A dinâmica atual da globalização tem direcionado a atividade econômica, por meio de processos de reestruturação produtiva e organizacional, a novas dinâmicas espaciais que colocam sobre as

Recebido em 02/08/2007
Aprovado para publicação em 24/02/2008

regiões industriais necessidade de modificações tecno-econômicas como adaptação a novos patamares de competitividade. Diante da maior complexidade no cenário econômico, torna mais claro para os estudiosos, sobretudo a partir do final dos anos 70, que a noção de competitividade incorpora também fatores situados fora do âmbito das empresas, considerando então, as externalidades (infra-estruturas, aparato político institucional e regulatório, centros de educação e formação, mão de obra qualificada) e os elementos não mercantis (práticas cooperativas, aparatos institucionais).

Nesse sentido, autores como PORTER (1999) e BENKO (1994, 1996) acabaram descobrindo na dimensão territorial um elemento ativo da vantagem competitiva, visto que as indústrias mais competitivas de uma nação se concentram geograficamente em certas cidades e regiões na forma de aglomerados (*clusters*), as regiões ganhadoras. Resumindo, pois, tal discussão, a problemática central a ser respondida é a seguinte: Por que algumas regiões produtivas alcançam sucesso competitivo em seu segmento respectivo, enquanto outras localidades sucumbem ao peso da concorrência nacional e internacional?

A hipótese aqui aventada é que algumas regiões se tornam mais competitivas que outras, em seu segmento particular, porque conseguem mobilizar por meio de seu território recursos específicos diretamente relacionados ao tipo de construção social, histórica e institucional que se dá no âmbito local e que vai além de um simples cálculo de custos de mercado (preços), envolvendo, pois, uma complexa rede de relações entre empresas, associações, sindicatos e poder público. Concentrações localizadas de Micro, Pequenas e Médias empresas organizadas na forma de Arranjo Produtivo Local (APL) se colocam, neste contexto, como exemplos importantes do sucesso competitivo que se vinculam às interações e recursos mobilizados nos territórios.

Para tornar mais claro o vínculo existente entre as dinâmicas de localização das empresas e as características dos territórios e seus componentes, esboça-se neste artigo uma proposta de estudo da “competitividade territorial” em APLs brasileiros através de metodologia de recursos e ativos genéricos e específicos, haja vista as iniciativas recentes no Brasil de apoio a agrupamentos produtivos com potencial competitivo e que funcionam como articuladores do desenvolvimento econômico local.

TERRITÓRIO E ESCALAS LOCAL/GLOBAL

A fim de se abordar a noção de competitividade ante as mudanças territoriais e industriais atuais, torna-se necessário uma análise prévia do conceito de território a luz de tais processos citados. Santos (1992, p. 75-76) ressalta a importância de se reconhecer o território como uma unidade espacial de trabalho, dando o exemplo das regiões produtivas. Desse modo, o território é uma unidade espacial constituída por frações diversas, que funcionam a partir de demanda de vários níveis, do local até o mundial e estão articuladas através de fluxos criados e mantidos pelas atividades, população e herança espacial.

Benko (2001) reconhece que dentro de movimento de crescente internacionalização da atividade econômica e redefinição das funções clássicas do Estado, há uma modificação das escalas territoriais que tende a fortalecer os níveis locais e regionais. Tal movimento se dá por meio de políticas de descentralização e gestão local de bens coletivos e pela revitalização e surgimento de distritos industriais e clusters produtivos, colocando as regiões e lugares como fontes de vantagens concorrenciais e revelando na densidade das relações entre atores locais papel determinante na competitividade das atividades econômicas. Desse modo, é possível caracterizar a “nova paisagem econômica” pela formação de um mosaico de regiões fruto da crescente diferenciação e especialização dos territórios ante ao processo de internacionalização da atividade econômica. (BENKO, 1996, p.165)

Neste “mosaico de regiões” em competição aparecem também como novos agentes do desenvolvimento econômico-territorial as cidades de médio e pequeno porte, em decorrência do processo de desconcentração industrial da Área Metropolitana de São Paulo, a partir da segunda metade da década de 1970, que se direcionou, sobretudo, para cidades médias localizadas no eixo Sul-Sudeste. Tais cidades possuíam em geral algum tipo de economia de aglomeração (infra-

estrutura, mão de obra, mercado consumidor), ao mesmo tempo em que não incorriam em deseconomias de aglomeração típicas das grandes metrópoles (Ex.: custo de mão de obra, valorização imobiliária, congestionamento). Dentre as cidades médias destacadas, muitas possuem elevado grau de polarização da capacidade de desenvolvimento do seu entorno e, desta forma, uma série de pequenos municípios acabaram também tendo suas economias valorizadas em torno deste processo de formação de novos pólos e aglomerados econômicos revelados no “espraimento territorial” da atividade industrial (PEREIRA; LEMOS, 2004).

De modo que se acentua um processo de “divisão territorial do trabalho” face a especialização crescente dos territórios, engajando as cidades médias e pequenas e seus entornos regionais na exploração de atividades potencialmente competitivas no plano nacional e internacional.

O “ESTADO DAS ARTES” DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

As análises tradicionais sobre a competitividade da indústria advogam que a vantagem competitiva das empresas depende, sobretudo, da estrutura industrial na qual se inserem, destacando como fator elementar os custos de transporte minimizados em uma localização ótima. Coutinho e Ferraz (1993, pp. 16-18), por sua vez, criticam tais visões econômicas tradicionais acerca de uma competitividade baseada somente na questão de preços, considerando adequada a idéia de uma “**competitividade sistêmica**” que compreende o desempenho empresarial como resultado de fatores situados fora do âmbito das empresas e da estrutura industrial da qual fazem parte, abarcando os aspectos macroeconômicos, político-institucionais e regulatórios, as infra-estruturas, as questões sociais e trabalhistas, os fluxos internacionais e, com destaque, a dimensão regional.

Porter (1989) foi um dos primeiros a atribuir ao espaço relevância na promoção da competitividade industrial, utilizando a dimensão nação como unidade de análise das vantagens competitivas e constatando que os competidores em indústrias de sucesso estão localizados em determinadas cidades e regiões dentro do país, em concentrações geográficas (agrupamentos ou clusters) de empresas específicas.

A concentração geográfica de empresas, em indústrias (inter) nacionalmente bem sucedidas, ocorre muitas vezes porque a influência dos determinantes individuais no “diamante” (da competitividade) e seu fortalecimento mútuo são intensificados pela proximidade geográfica em um país. A concentração de rivais, clientes e fornecedores promoverá eficiência e especialização. O mais importante, porém, é a influência da concentração geográfica na melhoria e inovação. (...) O processo de agrupamento (*clustering*) e o intercâmbio entre as indústrias dentro do grupo também funciona melhor quando estas estão concentradas. A proximidade leva ao conhecimento precoce dos desequilíbrios, necessidades ou limitações dentro do grupo, permitindo que sejam tratados e explorados. A proximidade, portanto, transforma as influências isoladas (...) num verdadeiro sistema. (PORTER, 1989: 186-189)

Porter (1999), em estudo mais recente, retoma a questão e propõe uma teoria dos *clusters* (aglomerados), considerando a influência de um agrupamento geograficamente concentrado de empresas e instituições correlatas sobre a produtividade e competitividade em uma indústria através da sua relação estreita com a localização e seus efeitos indiretos, denominados de extravasamentos. Esses extravasamentos podem ser compreendidos enquanto vantagens competitivas locais, ou seja, as vantagens que uma empresa pode acessar ao se localizar em um ambiente propício a difusão e desenvolvimento do conhecimento, a facilidade de acesso a ativos e serviços complementares, e à cooperação entre firmas, instituições e poder público (BNDES, 2004, p. 115).

A partir de então as regiões e as localidades passam a ser vistas também como variáveis importantes no estudo da competitividade e das vantagens competitivas, tanto que Boisier (2001) encontra no termo competitividade sistêmica um sentido altamente territorializado, através de um tecido de atores que estruturam pela proximidade uma rede de serviços em torno de um produto e de uma planta, difundindo competências e conhecimentos.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E COMPETITIVIDADE EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Nos últimos anos, experiências e abordagens que valorizam o território têm proliferado nos âmbitos nacional e internacional, especialmente em suas dimensões regulatórias locais/regionais, enquanto condicionante de estratégias voltados a articulação de cadeias e redes produtivas, como demonstra a popularização dos Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais e *Clusters*. O fortalecimento destes aglomerados atende a uma demanda por melhor eficácia na aplicação dos recursos e fatores produtivos locais (produtividade), orientados a promoção de competências e vantagens competitivas para as empresas nos territórios onde estão enraizadas.

O BNDES (2004, p. 29-30) define Arranjos Produtivos Locais (APL) como uma “concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor ou cadeia produtiva particular”. O SEBRAE (2003, p. 15) também se aproxima desta definição, ao conceituar APLs enquanto:

Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2003, p. 15)

Essa concentração geográfica de empresas está relacionada às “vantagens competitivas locais” e benefícios que as empresas acessam por estarem localizadas em uma aglomeração e que não envolvem custos específicos (transportes, fiscais), gerando vantagens passivas e externalidades econômicas. A existência de fornecedores especializados, centros de treinamento, centros tecnológicos, agências governamentais, associações representativas, aparecem como importantes indutores de externalidades, *pari passu* a cooperação entre os atores locais para o sucesso competitivo da região. De modo que Costa (2001, p. 111), associa a capacidade competitiva de Pequenas e Médias empresas ao território, pois, ao contrário das grandes empresas, não conseguem realizar internamente todas as atividades inerentes a um processo produtivo completo, razão pela qual dependem da disponibilidade de economias externas do meio na qual se inserem. Deste modo, a autora enfatiza que no campo das políticas de competitividade e nos estudos orientados para PMEs deve ser dado direcionamento para o conjunto do Sistema Produtivo Local (SPLs), visto que a eficiência individual das empresas depende da organização e dos recursos internos do território.

Outra premissa básica que dá suporte a noção de APL é a associação de seu sucesso competitivo a fatores não necessariamente econômicos e quantificáveis, como a idéia de “atmosfera marshaliana”, oriunda da conjugação de um conjunto de empresas cooperando entre si e com a comunidade local em um bom sistema de coordenação territorial imerso no ambiente cultural, organizacional e institucional local. Posto isso, os dois principais fundamentos da idéia de APL são a teoria dos Distritos Industriais, cujo exemplo típico é o modelo de pequenas empresas de produção artesanal da Terceira Itália (BECATTINI, 2002), e a teoria dos *Clusters* (aglomerados), desenvolvida em profundidade por Porter (1999). Essa eficiência está diretamente vinculada a noção de governança, que acaba por definir o tipo de estratégia competitiva que cada território adota e como isso é remetido ao desenvolvimento econômico-territorial.

Storper e Harrison (1994, p. 177) caracterizam a governança como uma estrutura de delegação de funções e poderes em um sistema produtivo territorializado, que se coloca tanto na forma de núcleo, definido por relações assimétricas entre uma grande empresa que condiciona a existência de outras, como na forma de anel, definido por relações horizontais entre um conjunto de empresas sem uma determinante central.

Neste contexto, os APLs tem suscitado recente interesse de governos, entidades representativas e especialistas no Brasil em face ao seu dinamismo econômico e potencial competitivo, sobretudo no que tange a possibilidade de desenvolvimento baseadas em concentrações de pequenos

estabelecimentos como alternativas a crise do modelo de crescimento econômico e de industrialização das décadas de 1960 e 1970 (STORPER, 1990, p. 119).

O SEBRAE já tem em seu cadastro quase 350 desses aglomerados, alguns com baixo nível de articulação interna, outros tão eficientes e competitivos quanto poderosas companhias. Instituições e entidades que atuam com micro e pequenas empresas, como o Sebrae, o BNDES e a Finep descobriram esse potencial e passaram a estabelecer programas específicos para APLs a partir de 1999.

Há que se destacar que a maioria dos municípios que sediam esses APLs catalogados, potenciais ou consolidados, são de pequeno e médio porte, reforçando o interesse na mobilização de novos pólos territoriais com base em especificidades econômicas, organizacionais e institucionais. Segundo o critério populacional utilizado no Censo de 1991, as cidades pequenas possuem até 100.000 habitantes, enquanto as cidades médias se encontram no intervalo entre 100.000 a 500.000 habitantes.

Tabela 1

Municípios-sede de APLs: atividade principal e população

MUNICÍPIO	ATIVIDADE	POPULAÇÃO (2000)
São José do Rio Preto	Jóias e Ourivessaria	358.523
Franca	Calçados masculinos	287.737
Limeira	Jóias e Ourivessaria	249.046
Jaú	Calçados femininos	112.104
Birigui	Calçados infantis	94.300
Paulínia	Petróleo e Gás	51.326
Mirassol	Móveis em madeira	48.327
Ibitinga	Confecções de artigos de cama, mesa e banho	46.620
Vargem Grande do Sul	Cerâmica vermelha	36.302
Cerquilha	Confecções	29.508
Conchas	Confecções	14.904
Tabatinga	Confecções de Bichos de Pelúcia e Roupas para recém nascidos	12.990

Fonte: Sebrae e Censo-IBGE-2000.

É notável, no entanto, que muitos pequenos municípios que sediam aglomerados produtivos estão localizados sob área de influência de cidades médias onde conseguem obter certas economias de escala e externalidades necessárias ao dinamismo econômico, como por exemplo: encadeamentos para frente e para trás associados a um mercado consumidor local suficientemente grande (*linkages*); vantagens de especialização do mercado de trabalho local; transbordamentos de conhecimento tecnológico (*spill-overs*) e objetos fixos que garantem a fluidez territorial (rodovias, sistemas comunicação). Mas, interdependências não econômicas de tipo: acordos e convenções estabelecidos entre atores, as relações de reciprocidade e cooperação, o *know-how* da mão de obra local, aparecem como elementos do desenvolvimento territorial inerentes aos contextos locais de cada município ou redes de municípios e, deste modo, dificilmente conseguem ser reproduzidos ou copiados com êxito por municípios vizinhos e/ou concorrentes voltados a segmentos econômicos semelhantes.

Diante desses argumentos, o Governo federal incluiu um programa específico no Plano Plurianual aprovado para 2004-2007 e montou um grupo interministerial para coordenar todas as ações federais voltadas para APLs, reunindo 11 ministérios, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Comercio e Indústria (MDIC), além de representantes do BNDES, Finep,

CNPq, Sebrae, APEX, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e dos Bancos do Nordeste e da Amazônia. (Indústria Brasileira, 2003, p. 5-9)

PROPOSTA PARA ESTUDO DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

A premissa básica defendida neste estudo é que todos os territórios (cidades e regiões) que abrigam um aparato produtivo se encontram em uma determinada posição competitiva, maior ou menor a depender dos atributos utilizados e do tipo de organização social e política interna. Mas quais seriam os elementos que as regiões podem mobilizar capazes de atrair ou manter uma empresa em sua dinâmica de localização nos mais variados espaços?

Storper (1993) denomina de “territorialização” a dependência das atividades econômicas com relação a recursos, práticas e interdependências específicas de um local, fatores estes que não podem ser facilmente criados ou imitados nos lugares que não os tem. Dentre estes fatores, destacam-se:

As economias locais externas ou de aglomeração, o conhecimento especializado alcançado em aprendizado tecnológico por organização de agentes em contexto de interdependências organizacionais e, as estruturas institucionais e ações base da coordenação econômica de um lugar (STORPER, 1993, p. 16-17).

Deste modo, a construção de uma tipologia para estudo de “competitividade nos territórios produtivos” enfoca a questão de quais seriam os elementos que realmente diferenciam um contexto local e lhe concede vantagens competitivas, em detrimento de elementos que podem ser criados ou imitados nos vários lugares?

Para tanto, se postula uma noção de território não somente como base ou plataforma das relações produtivas, mas como fator e condicionante de toda a qualquer forma de reprodução social seja ela econômica ou não. Benko e Pecqueur (2001) respondem satisfatoriamente a esta questão ao propor uma tipologia de diferenciação dos territórios a partir dos seus recursos e ativos, genéricos e específicos. Os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar e os ativos são fatores já em uso.

Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis espacialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga idéia de competitividade industrial. Já os ativos e recursos específicos implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos engendrados no ambiente em que são configurados (Tabela 2).

Estes últimos elementos são aqueles que realmente definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares, mobilizando “vantagens competitivas dinâmicas” e “duradouras” às aglomerações de indústrias à custa dos serviços e fornecedores especializados, da mão de obra qualificada, e das estruturas organizacionais e institucionais locais (COLLETIS-WAHL e PECQUEUR, 2001).

Mas, a maior ou menor especificidade e qualidade dos recursos de um arranjo vêm a depender das estratégias concorrenciais mobilizadas pelos atores locais, coletivamente ou não, e que atuam sobre determinados pontos específicos.

Deste modo, se dispõe a seguir a seguinte trajetória da competitividade territorial, considerando vetores tradicionais da competição, oriundos, sobretudo, das análises da economia industrial, acrescida de elementos de ordem política, social e cultural articulados pela ordem territorial.

Sendo tais elementos básicos direcionadores da competitividade, os mesmos adquirem conotações tanto de recursos específicos quanto recursos genéricos a depender das estratégias competitivas mobilizadas, e isto por fim define a aquisição de uma vantagem concorrencial momentânea ou uma vantagem competitiva duradoura.

Tabela 2

Tipologia dos fatores de competitividade territorial dos APL

Fatores	Genéricos	Exemplos	Específicos	Exemplos
Recursos	Fatores de localização potenciais não utilizados, suscetíveis de serem ativados segundo um cálculo de rentabilidade a ser introduzido no mercado	1 - matérias primas; 2 - equipamentos; 3 - informações de base fora do mercado (conhecimentos codificados) 4 - força de trabalho simples desempregada	Fatores de localização virtuais e incomensuráveis, intransferíveis, nos quais o valor que os criou depende da organização e das estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território (instituições, regras, convenções).	1 - ambiente e cultura industrial (atmosfera); 2 - acumulação de conhecimentos tácitos (aprendizagem) 3 - força de trabalho qualificada não empregada 4 - ambiente institucional favorável
Ativos	Fatores de localização existentes em atividade, totalmente transferíveis, discriminados pelos preços e custos de transporte no mercado.	1 - matérias primas exploradas; 2 - equipamentos em uso; 3 - informações de base ativas no mercado (conhecimentos codificados) 4 - força de trabalho simples empregada	Fatores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis, onde o valor está ligado a um uso particular (externalidades de quase mercado),	1- matérias primas raras (ex: argila de boa qualidade) 2- força de trabalho qualificada empregada 3 - equipamentos adaptados aos processos locais 4 - mobilização institucional e organizacional adequada as estratégias locais

Fonte: Adaptado de Benko e Pecqueur (2001)

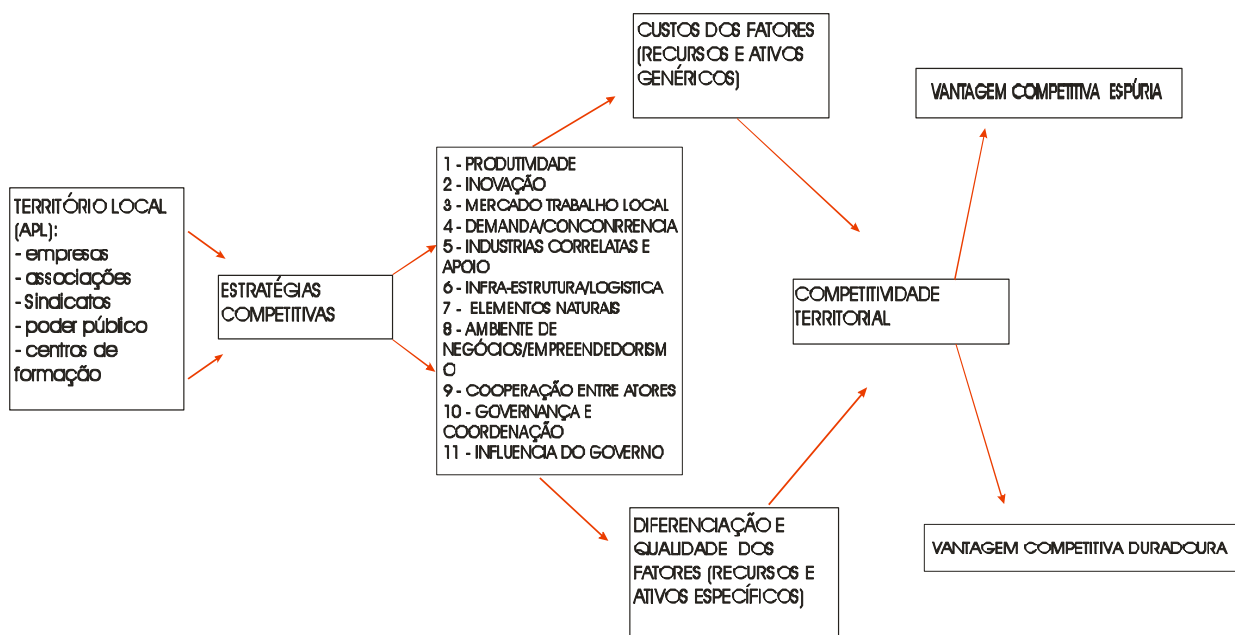
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais relevante que a constatação simples de um território local ser competitivo ou não, a partir de um dado conjunto de elementos quantitativos e qualitativos, será verificar quais são as formas de mobilização entre atores que conduzem aos processos de especialização dos lugares e especificação de seus recursos, ou seja, as estratégias competitivas dos territórios.

A difusão da noção de APL no contexto territorial e produtivo brasileiro indica a aposta de atores públicos e privados em um tipo de configuração e gestão territorial da indústria bem sucedida no plano internacional e que pode mobilizar a competitividade de pequenos municípios em torno de suas especializações produtivas e cooperação empresa-território. Mas, devem-se ter claras as diferenças e peculiaridades do modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiros, baseado em profundas desigualdades econômico-espaciais, com relação aos seus congêneres italianos, e entender o APL como uma dentre outras configurações possíveis para gerar desenvolvimento local, mobilizar empregos e elevar a competitividade dos pequenos estabelecimentos.

Neste sentido é que se torna possível a aplicação de tipologias de competitividade, pela sua adequação às particularidades do desenvolvimento histórico de cada território configurado em APL sem que, no entanto, se perca o efeito do poder comparativo entre os municípios e regiões. Desta forma, esse texto teve como um dos seus objetivos principais contribuir, a partir de esforço teórico e empírico, com a compreensão das atuais demandas existentes no território brasileiro quanto à identificação de aglomerados produtivos e a mobilização de suas potencialidades competitivas

atendendo a premissa do desenvolvimento territorial, assunto de interesse já despertado em diversos órgãos governamentais que acabaram por destinar políticas específicas para Micro e Pequenas empresas e APLs.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 - As trajetórias da competitividade territorial dos APL

REFERÊNCIAS

BECATTINI, G. "O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica". In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45 -58.

_____. "Os Distritos Industriais na Itália". In COCCO, G., et. alii. (org.), **Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália**, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Coleção Espaços do Desenvolvimento, Sebrae e DP&A Editora, 2002, p. 19-32.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, nº 2, pp. 7-12, mar. 2001.

_____.; PECQUEUR, B. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n.º 32, p. 31-50, jul. /dez 2001.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO, 2004.

BOISIER, S. “Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial”. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 2, nº 3, pp. 9-28, Setembro de 2001.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede**, 4ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. “Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework?”. **Regional Studies**, UK, v. 35, nº 5, p. 449-459, 2002.

COSTA, M. L. “As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências”. GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo: SENAC/SP, 2001, p. 109-126.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**, 2ª Edição, Campinas: UNICAMP/Papirus, 1994.

FREDERICO, S.; CASTILLO, R. “Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil”. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. X, nº 3, pp. 236-241, Set/Dez 2004.

GOROFOLI, G. “Os Sistemas de Pequenas Empresas: Um Caso Paradigmático de Desenvolvimento Endógeno”. In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 203-217.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. “Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais”. In **REDESIST**, (www.ie.ufrj.br/redesist), Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2004.

MATESCO, V. R.; HASENCLEVER, L. “As empresas transnacionais e o seu papel na competitividade industrial e dos países: o caso do Brasil”. VEIGA, P. M. (org.) **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Sobeet-Relume Dumará, 2000, p. 161-192.

PEREIRA, F. M., LEMOS, M. B. “Políticas de Desenvolvimento para Cidades Médias Mineiras”. **Cadernos BDMG**: Belo Horizonte, nº 09, Out. 2004.

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**, 7ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

_____. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1999.

REVISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA. **Pequenas Potências**. Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Dezembro de 2003.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. “O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise”. **Cadernos IPPUR**: Rio de Janeiro: Ano XIII, 1999, p.

_____. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001.

STORPER, M. “A Industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo”. In VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/luperj, 1990.

_____. "Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas". In LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. & NABUCO, M. R. (org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

_____. ; HARRISON, B. "Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90". In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras - Portugal, Celta Editora, 1994, p. 171-188.